

## Índios querem vender mogno

Da Redação

Cerca de 100 caiapó de dez aldeias do sul do Pará estão em Brasília para negociar um leilão de 18 mil metros cúbicos de mogno que estão em área indígena. A madeira é negociada ilegalmente com madeireiros da região e está sem comprador desde o final do ano passado, quando o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) proibiu as exportações de mogno em todo o país. Os índios alegam que estão passando fome. O órgão ambiental vai ajudar a encontrar alternativas econômicas para eles, mas não aceita que continuem desmatando a região.

O Ibama apertou o cerco contra a venda de madeira depois que a organização não-governamental Greenpeace fez denúncias sobre a exploração irregular na Amazônia. Segundo o coordenador de Fiscalização do órgão do governo federal, José Lelande, a madeira foi abandonada pelos empresários. Os 18 mil metros cúbicos equivalem a quase um quarto de toda a safra do Pará.

Lelande afirma que entre os meses de maio e dezembro seria de aproximadamente 65 mil metros cúbicos, cerca de 85% da safra brasileira de mogno, que é baseada em autorizações falsas de exploração. A produção é toda exportada. No Pará o mogno é extraído também em uma unidade de conservação do próprio Ibama, na Floresta Nacional de Altamira, além da área indígena Paracanã, em terras públicas e particulares. O coordenador de Fiscalização informa que o Ibama apreendeu 29 mil metros cúbicos nesta safra, 22 mil estão abandonados nas florestas e restante está nos portos, seriam exportados.

“Nós viemos falar com o Ibama, para saber por que deu a ordem para não deixar que a madeira saísse da área”, afirma o representante dos caiapó Nhae caiapó. Ele também critica os madeireiros. “Não cumprem os acordos que fazem com a gente, pagam só a metade”.

O coordenador de Proteção às Terras Indígenas, da Fundação Nacional do Índio, Wagner Tramm, diz que até o dia 19 será assinado um termo de cooperação técnica com o Ibama para buscar uma saída para os índios. Segundo ele, o leilão da madeira — que está sem comprador — é possível, mas deverão ser criados outros projetos para sustentar as comunidades caiapó, como a exploração de essências florestais, que não causam danos ao meio ambiente.

“Exploração de madeira em área indígena, nunca mais. A não ser que mude a lei”, promete José Lelande. Ele comenta que as terras indígenas são da União com usufruto dos índios, mas não permite a exploração de madeiras. Não se sabe o valor dos contratos dos índios com os madeireiros, mas o coordenador da Fiscalização disse que viu um que chega a R\$ 100 mil.

Wagner Tramm, no entanto, diz que os empresários enganam os índios, pagando com sandálias e remédios. Eles chegam a pagar R\$ 50 por uma árvore aos caiapó, e vendem no exterior por mais de US\$ 1.000.